PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE CONCILIADOR

COMARCA DE CUIABÁ

2 DE DEZEMBRO DE 2018

REALIZAÇÃO

NUPEMEC
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DE MATO GROSSO
TRABALHO PELA EFETIVIDADE JURISDICIONAL
2017 - 2018

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Nome: _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CUIABÁ

PROVA OBJETIVA
PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE CONCILIADOR DA COMARCA DE CUIABÁ

INSTRUÇÕES

01 Você recebeu este caderno contendo 50 questões objetivas, com 5 alternativas cada uma, das seguintes matérias: Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos, Lei dos Juizados Especiais, Legislação Específica.

02 Escreva seu nome com letra legível na capa do caderno.

03 Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.

04 Para cada questão há apenas uma alternativa correta.

05 Você receberá um cartão de respostas, confira se os seus dados estão corretos.

06 Preencha o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. No cartão de respostas não será permitida nenhuma rasura.

07 A questão que apresentar mais de uma opção assinalada, será anulada.

08 As provas terão duração de total de 4 horas.

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Qual a oração em que se usou INDEVIDAMENTE a crase?
a) Vamos à sala dos perfumes.
b) Chegamos à meia-noite.
c) Lamentavelmente não escreveram à ninguém.
d) Iremos à pé a casa do vendedor de queijo.
e) Todas às segundas-feiras vamos à Universidade a pé.

2) Assinale a única concordância INCORRETA:
a) Resolve-se facilmente todas as questões.
b) Os "Maias" contam as tragédias de uma família portuguesa.
c) Os Estados Unidos são um país desenvolvido tecnicamente.
d) Deram duas horas no relógio da igreja.
e) Minas Gerais é um estado progressista.

3) Assinale a alternativa CORRETA:
a) O filme que eu assisti ontem foi emocionante.
b) O filme que eu ontem assisti foi emocionante.
c) O filme a que eu ontem assisti foi emocionante.
d) O filme em que eu assisti ontem foi emocionante.
e) O filme em que eu ontem assisti foi emocionante.

4) Assinale a alternativa em que há ERRO:
a) Há anos que nos pleiteamos uma vaga naquele curso.
b) Talvez nós anunciemos em outro meio de comunicação.
c) O rosto dela irradiava um brilho inesquecível.
d) Esperamos que voce remedie a situação.
e) Espero que vós anuncieis logo o resultado do concurso.

5) Assinale a sequência que completa corretamente as lacunas destas frases:
I- Daqui.....instantes vai começar a prova.
II- Ninguém compareceu.....festa patrocinada por ele.
III- Não fui.....faculdade porque houve greve.
IV- O acidente.....que ele se referiu foi nesta estrada.
a) há – à – a – a
b) a – à – a – à
c) à – a – à – a
d) a – à – à – a
e) nenhuma das alternativas anteriores

6) Assinale a sequência que completa corretamente as lacunas destas frases:
I- O alimento .....que preciso é pouco.
II- Prefiro sofrer o mal.....praticá-lo.
III- Desconheço a teoria.....que ele se baseia.
IV- Reprovo o expediente.....que ele se valeu para vencer.
a) de – a – em – de
b) a – que – a – de
c) em – à – em – com
d) de – a – a – com
e) nenhuma das alternativas anteriores

7) Apenas uma das alternativas abaixo contém ERRO de concordância. Assinale-a.
a) Ainda não existe levantamentos definitivos sobre as pessoas contempladas.
b) Já faz anos, havia neste local árvores e flores.
c) Quatro meses faz que houve uma preocupação mundial em torno dele.
d) Já não se fabricam mais esses produtos.
e) Consertavam-se, em minutos, jóias quebradas.

8) Assinale a alternativa SEM ERRO de concordância ou grafia:
a) Já é meio dia e meia.
b) Já são meio-dia e meia.
c) Já é meio-dia e meio.
d) Já é meio-dia e meia.
e) Já é meio-dia-e-meia.

9) Considere as frases:
I- As mulheres abaixo relacionadas, devem comparecer ao salão de festas.
II- O homem, diz o professor, é um ser difícil de entender.
III- Estes são, a meu ver motivos relevantes para sua contratação.
Quanto à pontuação, é correto afirmar que:
a) apenas I e II estão corretas.
b) apenas III está correta.
c) apenas II e II estão corretas.
d) apenas II está correta.
e) todas estão corretas.

10) Assinale a única alternativa em que há forma passiva INCORRETA.
a) A responsabilidade foi assumida, nos termos da lei, por quem de direito.
b) Nem todas as metas do CNJ são alcançadas**,** conforme o planejado.
c) As atividades judiciais visam à realização da justiça.
d) Prolatou-se a sentença, que, publicada em seguida, foi transitada em julgado.
e) Fizeram-se urgentes as medidas que foram requisitadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consiste em Estado Democrático de Direito. Portanto, é INCORRETO afirmar que:
a) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
b) A soberania, a cidadania e o pluralismo político não são fundamentos da República Federativa do Brasil.
c) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
d) É livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.
e) Construir uma sociedade livre, justa e solitária é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

12) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, classifica-se quanto ao seu conteúdo, seu modo de elaboração, sua origem, sua estabilidade e sua extensão, da seguinte forma:
a) formal, histórica ou costumeira, promulgada, flexível e sintética.
b) material, dogmática, outorgada, rígida e sintética.
c) formal, dogmática, promulgada, super-rígida e analítica.
d) material, pragmática, outorgada, semirrígida e sintética.
e) formal, histórica ou costumeira, outorgada, flexível e analítica.

DIREITO CIVIL

13) O negócio jurídico é nulo, EXCETO:
a) Celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
b) Não revestir a forma prescrita em lei.
c) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
d) Quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.
e) O motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

14) À luz do Código de Defesa do Consumidor, no tocante à responsabilidade pelo vício do produto ou serviço, considere:
I. Se houver vício no fornecimento de produtos de consumo duráveis ou não duráveis o consumidor sempre poderá exigir a restituição imediata da quantia paga.
II. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.
III. Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.
IV. As partes só podem convencionar a redução do prazo previsto para que seja sanado o vício no fornecimento do produto ou serviço, pois sua ampliação implicaria indevida vantagem ao fornecedor.
Está correto o que se afirma APENAS em:
a) I, II e III.
b) II, III e IV.
c) II e III.
d) I e IV.
e) I, III e IV.

15) A respeito das disposições gerais do negócio jurídico, assinale a alternativa INCORRETA:
a) A validade do negócio jurídico requer: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável e; forma prescrita ou não defesa em lei.
b) O silêncio importa sempre consentimento, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
d) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
e) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16) Assinale a alternativa CORRETA:
a) A composição e a organização dos centros serão definidas pelo Conselho Nacional de Justiça.
b) O mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes.
c) O conciliador atuará somente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes.
d) A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, salvo no que diz respeito à definição das regras procedimentais.
e) Os conciliadores e mediadores judiciais cadastrados na forma do caput, se advogados, não estarão impedidos de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhem suas funções.

17) Acerca da audiência de instrução e julgamento é CORRETO afirmar:
a) Quem der causa ao adiamento não responderá pelas despesas acrescidas.
b) A audiência não poderá ser adiada, por convenção das partes.
c) Diante da impossibilidade de realização da instrução, do debate e do julgamento no mesmo dia, o juiz marcará seu prosseguimento para o dia seguinte.
d) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu inicio em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.
e) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 05 (cinco) dias.

18) Assinale a alternativa CORRETA a respeito da audiência de conciliação e mediação, de acordo com as disposições do Código de Processo Civil.

a) Desde que necessárias à composição das partes, poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão.

b) A audiência não será realizada se o autor manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.

c) O não comparecimento injustificado do autor à audiência acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito.

d) A audiência de conciliação ou de mediação não pode ser realizada por meio eletrônico.

e) A audiência de conciliação ou de mediação será designada pelo juiz, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

19) A respeito das causas de impedimento e suspeição previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

a) Será legítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega.

b) Os motivos de impedimento e de suspeição não se aplicam aos auxiliares da justiça.

c) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

d) Há suspeição do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive

e) Há impedimento do juiz quando interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

20) De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação. Contudo, o conciliador ou mediador escolhido pelas partes, deverá necessariamente estar cadastrado no tribunal.

b) A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da publicidade, da oralidade, da formalidade e da decisão fundamentada.

c) O conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, poderão divulgar e depor acerca de fatos e elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

d) O conciliador e o mediador receberão pelo seu trabalho remuneração prevista em tabela fixada pelo tribunal, conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo vedado o trabalho voluntário.

e) São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias.

DIREITO PENAL

21) Joana, supondo, erroneamente, estar grávida, pretendendo praticar aborto, ingere substância abortiva. Quanto a este fato, é CORRETO afirmar:

a) Joana será isenta de pena, haja vista a ocorrência de um erro de proibição.

b) Joana responderá por aborto na forma tentada (CP, art. 14, II).

c) No caso de Joana houve erro de tipo.

d) No caso de Joana houve um delito putativo por erro de tipo.

e) No caso de Joana houve um delito putativo por erro de proibição.

22) Jordão, em janeiro de 2018, ameaçou de morte Ricardo, o qual, em agosto de 2018, via advogado, apresentou representação criminal contra Jordão perante o Juiz de Direito da Comarca. A peça de representação se fez acompanhar de informações sobre o fato e a autoria, indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção. Em outubro de 2018, quando o réu já havia sido citado na ação penal, Jordão, por seu advogado, apresentou retratação. No caso em comento, é CORRETO afirmar:

a) Jordão só poderia apresentar a representação para o delegado.

b) Jordão só poderia apresentar a representação para o delegado ou para o Ministério Público.

c) Diante da retratação de Jordão, o Juiz deve extinguir o processo.

d) Jordão observou todos os prazos legais, tanto para representar criminalmente, quanto para se retratar.

e) Todas as alternativas anteriores são falsas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

23) O Ministério Público representou pela decretação da prisão preventiva de Carlos Magno sob o fundamento de que Carlos não está radicado no distrito da culpa, que pode fugir e que o pedido de prisão cautelar se justifica para assegurar a aplicação da lei penal. Carlos é primário, foi indiciado pelo crime de furto (CP, art. 155, caput), é identificado civilmente e o crime não envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência. Diante deste pedido, é CORRETO afirmar:

a) Havendo prova da materialidade e indícios de autoria do crime, o juiz deve decretar a prisão preventiva, pois está presente o *periculum in mora*.

b) No caso em análise, o juiz pode, inclusive, decretar a prisão preventiva de ofício.

c) Cabe prisão preventiva, mas o juiz poderá substituir a prisão por outra medida cautelar diversa da prisão.

d) Não cabe prisão preventiva no caso em comento.

e) Como está na fase de inquérito policial, somente o delegado tem legitimidade para representar pela prisão preventiva.

24) O Juiz de Direito designou audiência de instrução e julgamento para trinta dias após a data do despacho e, ainda, determinou a expedição de carta precatória, com prazo de sessenta dias para cumprimento, para ouvida de testemunha arrolada pelo Ministério Público. Diante desta decisão, a defesa do réu requereu a suspensão do processo e da instrução até o retorno da missiva precatória. Diante deste pedido, é CORRETO afirmar:

a) O juiz, para evita nulidade, deverá deferir o pedido e suspender a instrução para evitar que se inverta a ordem da ouvida das testemunhas, pois com a audiência será realizada antes do cumprimento da missiva precatória, as testemunhas de defesa serão ouvidas antes da testemunha de acusação, cuja ouvida foi deprecada.

b) O juiz deverá realizar a audiência de instrução e, somente após, deverá suspender o processo até que seja devolvida a missiva precatória, haja vista que não pode realizar o julgamento sem que a missiva seja devolvida.

c) O juiz deve realizar a audiência, ouvindo apenas as testemunhas de acusação, ficando a ouvida das testemunhas de defesa para data posterior à devolução da carta precatória.

d) O juiz deverá indeferir o pedido da defesa do réu, pois a expedição da carta precatória, com prazo razoável para cumprimento, não suspende a instrução, nem tampouco o julgamento, depois de decorrido o prazo fixado para cumprimento da carta.

e) Todas as alternativas anteriores são falsas.

25) A respeito das diferenças e semelhanças entre prescrição, decadência e perempção, na seara penal, é CORRETO afirmar:

a) A prescrição é a perda do direito de ação penal pelo decurso do tempo.

b) A decadência é a perda do *ius puniendi* pelo não exercício da pretensão punitiva ou executória durante certo tempo.

c) A perempção é a perda do direito de ação pelo decurso do tempo.

d) A perempção é uma sanção processual aplicável tanto na ação penal pública, quanto na ação penal privada, por inércia ou negligência do autor, caracterizando causa extintiva de punibilidade.

e) N. D. A.

POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS

26) Na implementação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse, nos termos da Resolução nº 125/2010-CNJ, serão observados:

a) A centralização das estruturas judiciárias; a adequada formação e treinamento de servidores conciliadores e mediadores; e o acompanhamento estatístico específico.

b) A digitalização dos processos; a instalação de núcleos de conciliação e mediação; e o treinamento de servidores.

c) A remuneração dos conciliadores e mediadores; a distribuição dos processos para os Centros Judiciários; e o treinamento dos magistrados para realização das mediações.

d) O treinamento de magistrados e servidores para realização das mediações e conciliações; a remuneração dos servidores e conciliadores cadastrados; e a formação de um cadastro de conciliadores e mediadores.

e) N. D. A.

27) Compete ao Conselho Nacional de Justiça:
a) Organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.
b) Criar os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, coordenados por magistrados e compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores.
c) Credenciar Câmaras Privadas de Conciliação, Mediação e Arbitragem.
d) Criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
e) N. D. A.

28) Aos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos são conferidas as seguintes atribuições, EXCETO:
a) Criar e manter cadastro de mediadores e conciliadores, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento.
b) Desenvolver a Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida na Resolução nº 125/2010-CNJ.
c) Realizar as sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores.
d) Incentivar ou promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos.
e) N. D. A.

29) Os conciliadores e mediadores que atuam nos Centros Judiciários:
a) Não necessitam de capacitação, desde que tenham experiência nas funções de mediador ou conciliador.
b) Devem receber capacitação na forma da Resolução nº 25/2010-CNJ para poderem realizar as sessões de conciliação e mediação.
c) Podem fazer cursos de conciliação em qualquer instituição de ensino.
d) Somente necessitam de capacitação se forem realizar mediações.
e) N. D. A.

30) Nos termos da Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015), podem ser objeto de mediação:
a) Os conflitos que versem sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.
b) Somente os conflitos que versem sobre direitos disponíveis.
c) Os conflitos que versem sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis, desde que sejam submetidos à homologação judicial.
d) Os conflitos que versem sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis, desde que sejam submetidos ao parecer do Ministério Público.
e) N. D. A.

31) Com relação ao impedimento e suspeição do mediador:
a) Não há hipóteses legais de impedimento e suspeição do mediador.
b) Aplicam-se apenas as hipóteses legais de impedimento do juiz.
c) Aplicam-se apenas as hipóteses legais de suspeição do juiz.
d) Aplicam-se as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.
e) N. D. A.

32) Com relação aos acordos realizados nos Centros Judiciários:
a) Serão sempre homologados pelo Juiz Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.
b) Não devem ser homologados, porque o conciliador e o mediador já possuem fé pública para garantir a validade do acordo.
c) Serão sempre homologados pelo Juiz Coordenador do Centro Judiciário.
d) Serão homologados pelo Juiz Coordenador do Centro Judiciário, quando se tratar de procedimentos pré-processuais, cabendo ao Juiz da unidade de origem a homologação dos acordos nos procedimentos processuais.
e) N. D. A.

33) São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais, EXCETO:
a) Competência e imparcialidade.
b) Confidencialidade e decisão informada.
c) Validação e vinculação à profissão de origem.
d) Respeito à ordem pública e às leis vigentes e empoderamento.
e) N. D. A.

34) Com relação ao serviço dos conciliadores e mediadores:
a) Pode e deve ser sempre supervisionado pelo Juiz Coordenador do Centro Judiciário.
b) Não se submete a supervisão, em razão dos princípios da autonomia e independência.
c) Somente pode e deve ser supervisionado pelo Juiz Coordenador do Centro Judiciário durante o período de estágio do profissional.
d) Somente pode e deve ser supervisionado pelo Juiz Coordenador do Centro Judiciário quando houver reclamações dos usuários do serviço.
e) N. D. A.

35) Assinale a alternativa INCORRETA:
a) O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.
b) Somente poderá funcionar como mediador extrajudicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha feito o curso de mediação junto ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.
c) O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.
d) Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se.
e) N. D. A.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

36) Quanto ao procedimento delimitado na Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei 9099/95), marque a assertiva INCORRETA:
a) Em sede da Lei 9099/95, é possível a formulação de pedido oralmente.
b) É cabível a realização de inspeção em pessoas ou coisas.
c) Não é possível citação editalícia.
d) O mandato outorgado ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.
e) Permite-se o aviamento de ações por representação, bem como, a intervenção de terceiros.

37) José, por meio de seu advogado, propôs demanda cível perante um Juizado Especial Cível em desfavor de Cláudio, onde pediu indenização por danos materiais com a condenação da parte reclamada ao pagamento do valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). O magistrado ao julgar condenou a parte reclamada ao pagamento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Cláudio, na condição de parte reclamada, recorreu para que o valor da indenização fosse reduzida para R$ 8.000,00 (oito mil reais), bem como, requereu a condenação da parte reclamante/recorrida ao pagamento das custas processuais e ainda dos honorários advocatícios. A Turma Recursal que analisou o pleito deu provimento ao recurso e reduziu o valor da indenização pelos danos materiais ao patamar de R$ 8.000,00 (oito mil reais), porém, não condenou a José, na condição de parte reclamante ao pagamento das custas processuais ou honorários advocatícios. Diante de tal quadro, é CORRETO afirmar, especificamente no que se refere as custas e aos honorários advocatícios, que:
a) A Turma Recursal agiu corretamente, pois o processos que tramitam sob o rito da Lei 9099/95 são gratuitos, indistintamente, em todos os graus de jurisdição.
b) A Turma Recursal acertou, uma vez que, no âmbito do julgamento pelo órgão "*ad quem*", somente o recorrente vencido pode arcar com a sucumbência.
c) A Turma Recursal acertou, uma vez que, no âmbito do julgamento pelo órgão "*ad quem*", somente é possível a condenação em custas e honorários advocatícios, se houver a condenação em litigância de má-fé.

d) A Turma Recursal errou, pois a gratuidade prevista na Lei 9099/95 só abrange o primeiro grau de jurisdição.
e) A Turma recursal errou, pois deveria ter aplicado a condenação ao pagamento das custas processuais e ainda honorários advocatícios proporcionais a vitória de cada parte, arcando cada demandante com os honorários do outro, na medida da proporcionalidade a ser destacada pelo órgão recursal.

38) Assinale a alternativa com a assertiva INCORRETA, em relação à Lei 9099/95:
a) Os Juizados Especiais Cíveis tem competência para processar causas cujo valor não exceda a 40 (quarenta) salários mínimos, observada em concomitância, a menor complexidade da causa;
b) Não poderão ser partes, no processo, instituído pela Lei 9099/95, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil;
c) O Juizado Especial Cível tem competência para julgar as ações de despejo, independente de sua finalidade;
d) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum;
e) Nos ditames da Lei 9099/95, serão admitidas a propor ações nos Juizados Especiais Cíveis: As pessoas jurídicas qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei, bem como, as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

39) Assinale a alternativa CORRETA, em relação à Lei 9099/95:
a) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, sendo obrigatório que sejam bacharéis em direito, com no mínimo 05 (cinco) anos de experiência;
b) Os juízes leigos são auxiliares da Justiça, sendo necessário que sejam bacharéis, com no mínimo 03 (três) anos de experiência;
c) É cabível o recurso de Agravo de Instrumento das decisões interlocutórias;
d) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária;
e) A sessão de conciliação será conduzida pelo conciliador sempre com a presença do Juiz togado.

40) Assinale a alternativa **CORRETA, em relação à Lei 9099/95**:
a) O recurso de Embargos de Declaração, em sede de Juizados Especiais Cíveis, tem o efeito de interromper o prazo;
b) O recurso adesivo pode ser interposto pela parte que quiser alterar o julgado a seu favor, vinculando-se ao recurso aviado pelo recorrente;
c) Não será admitido Recurso Extraordinário, em sede de Juizados Especiais Cíveis;
d) Será admitida a interposição de ação com rito de procedimento especial em sede de Juizados Especiais, em especial aquelas listadas no artigo 275, II do CPC/73;
e) Ao conciliador é vedada a intervenção, a qualquer título, na audiência de conciliação, cabendo às próprias partes encontrarem as eventuais soluções amigáveis ao caso em concreto a envolvê-las.

41) Assinale a alternativa CORRETA, em relação à Lei 9099/95 :
a) Em sede de Juizados Especiais Cíveis o Recurso contra a sentença terá, via de regra, o efeito suspensivo, podendo o juiz dar-lhe o efeito devolutivo;
b) O Recurso contra a sentença será interposto no prazo de 10(dez) dias, devendo o preparo ser feito, independente de intimação, em até 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção;
c) O Recurso de Agravo de Instrumento, com pedido de liminar, poderá ser manejado, contra as decisões que não recebem o Recurso contra a sentença;
d) A sentença deverá obrigatoriamente conter relatório, com a análise aprofundada dos fatos ocorridos no feito, podendo ser ilíquida, passando-se posteriormente à fase de liquidação de sentença;
e) Diante dos princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, insculpidos no artigo 2º da Lei 9099/95, é desnecessária a intervenção de advogado quando do aviamento de recurso ou contrarrazões recursais para a Turma Recursal, cabendo o ajuizamento de ação rescisória quando verificada a deficiência técnica da parte que atuou em segundo grau sem advogado.

42) Assinale a alternativa INCORRETA, em relação à Lei 9099/95:

a) Em relação à execução de título extrajudicial, não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor;

b) Em relação ao título executivo extrajudicial, no valor de até 40 (quarenta) salários mínimos, efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá ofertar embargos, por escrito ou verbalmente;

c) O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independente de termo, valendo a sentença como título executivo extrajudicial, sendo incabível qualquer recurso da sentença homologatória, cabendo à parte ajuizar ação rescisória para tentar reverter o resultado do julgamento homologatório questionado, dentro do prazo de 02 (dois) anos do trânsito em julgado da sentença que o homologou, pagando-se, obrigatoriamente, as custas da ação em 1º grau de julgamento;

d) Na execução não serão contadas custas, salvo se: I- reconhecida a litigância de má-fé; II- improcedentes os embargos do devedor; III- tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor;

e) Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício

43) João da Silva está trafegando por uma avenida da cidade e é parado numa blitz de trânsito. Ao serem requisitados seus documentos, verifica-se que não possui carteira nacional de habilitação e, ainda, que já responde a um processo criminal perante a justiça comum. De acordo com o enunciado, poderá João ser beneficiado com o instituto da transação penal?

a) Não, pois já responde a um processo criminal;
b) Não, pois dirigir sem habilitação não lhe faculta tal benefício;
c) Sim, pois não possui condenação por sentença definitiva;
d) Poderá ser beneficiado apenas com a suspensão condicional do processo;
e) N.D.A

44) São requisitos objetivos para o recebimento da queixa crime:

a) Que se trate de crime de natureza privada, ocorrido dentro do prazo decadencial de 06 (seis) meses e a procuração possua poderes específicos;
b) Que seja crime de qualquer natureza, dentro do prazo prescricional de 6 (seis) meses, com procuração ad judicia;
c) Que seja crime de natureza privada, dentro do prazo prescricional de 6 (seis) meses, sem exigência de procuração;
d) Que seja crime de natureza pública condicionada à representação ou privada, dentro do prazo decadencial de 06 (seis) meses e a procuração possua poderes específicos.
e) Que se trate de crime de natureza privada, dentro do prazo decadencial de 01 (um) ano e a procuração possua poderes específicos.

45) Há diferença entre queixa crime e representação?

a) Sim. A queixa crime é iniciada pelo próprio ofendido, através de seu Advogado. A Representação ocorre nos crimes de natureza pública condicionada, autorizando a atuação do Ministério Público.
b) Não. Ambas dependem da provocação da vítima, quando se dirige até uma Delegacia de Policia.
c) Sim. A queixa crime é iniciada pelo ofendido, que autoriza o Ministério Público no oferecimento da denúncia. A representação depende apenas do Ministério Público, que deverá ocorrer dentro do prazo de 06 (seis) meses, da data da denúncia.
d) Não. Todas elas dependem da iniciativa da vítima e mantendo-se inerte, poderá o Ministério Público tomar as providências legais que entender pertinentes.
e) Sim. A queixa crime é iniciada pelo Ministério Público no oferecimento da denúncia. A representação depende da manifestação da vítima, que deverá ocorrer dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data dos fatos.

46) Havendo composição entre as partes, poderá o conciliador do Juizado Especial criminal reduzir a termo o acordo e submeter ao juiz para homologação?

a) Não, pois tal ato é de iniciativa exclusiva das partes envolvidas e seus Advogados, cabendo ao Conciliador, apenas, constar no termo de que houve um acordo entre elas;
b) Não, pois não compete ao Juizado Especial Criminal homologar acordo cível;
c) Sim, quando se tratar de crime exclusivamente de natureza privada; as partes forem maiores ou legalmente representadas e o objeto for lícito;
d) Sim, quando se tratar de crime de natureza privada ou condicionada à representação; as partes forem maiores ou legalmente representadas e o objeto for lícito;
e) Sim, quando se tratar de crimes em que o dano for objetivo e somente até o limite do valor do dano.

47) "A" ao invadir a preferencial com seu veículo provocou uma colisão no veículo dirigido por "B", que veio a sofrer lesões leves. este fato foi registrado no termo circunstanciado. na audiência preliminar, "B" disse que não tinha interesse em representar contra "A". Deverá o conciliador:

a) Constar no termo de audiência a renúncia da vítima e comunicar as partes sobre a perda do objeto;
b) Tentar um acordo financeiro entre as partes;
c) Avisar as partes que, por se tratar de delito de iniciativa pública incondicionada, inobstante a falta de interesse de "B", o Ministério Público poderá oferecer denúncia;
d) Constar no termo de audiência a falta de interesse de "B" e não oferecer para "A" o benefício da transação penal;
e) Desconsiderar a falta de interesse de "B" no prosseguimento do feito e, desde já, proferir sentença e determinar o arquivamento do processo.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

48) Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com a Lei nº 9.605/98, a prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em :

a) Custeio de programas e de projetos ambientais.
b) Execução de obras de recuperação de áreas degradadas.
c) Manutenção de espaços públicos.
d) Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.
e) Recuperação das áreas desmatadas.

49) São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, EXCETO:

a) O estabelecimento de padrões de qualidade ecológica.
b) O zoneamento ambiental.
c) A avaliação de impactos ambientais.
d) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
e) Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.

50) Assinale a alternativa INCORRETA. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

a) À multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.
b) À perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público.
c) À perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
d) À suspensão de sua atividade.
e) À suspensão ao direito de propriedade.